



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2007

### Acta n.º 14

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezasseis de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso de Higiene Urbana - Abril 2005/Fevereiro 2013 - Revisão de preços, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do art. 22 do DL n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

### **PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves (22:20h), Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, António Gonçalves e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o vereador Mário Alves. -----

**FALTAS:** Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, da Guia, José Cabrita e de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face ao pedido de substituição apresentado pela membro Francelina Lourenço, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, a membro Euridice Eugénia Mendes Vieira. -----

Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão desejando a todos os presentes um bom ano de 2007 e passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Alexandre Freitas - Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia, visto que temos aqui microfones e sistema de gravação, se tudo o que se passa aqui não deve constar em acta, porque pelas actas que estão no site da Câmara, eu pude constatar que as intervenções não estavam naquelas actas. Não vou por aqui em causa, de normas e leis o senhor sabe, gostaria de saber sobre essa questão. Também gostaria de perguntar, e ao Sr. Presidente da Câmara, se os comerciantes de Albufeira não têm uma prioridade em relação aos outros comerciantes, relativamente à aquisição de material. Sei de alguns comerciantes com quem tenho falado, que têm participado em concursos da Câmara de aquisição de material e até agora não conseguiram vender os seus produtos, a nível de consumíveis, material de papelaria, por exemplo. Se fosse possível, gostaria de obter resposta. -----

Augusto - Sou natural da Covilhã, mas já há quatro anos que resido em Albufeira. Venho pedir, encarecidamente, se nos poderiam alcatroado o caminho da estrada até a casa, são mais ou menos quatrocentos metros. Tenho uma pessoa com 78% de invalidez na minha família, a minha esposa, e ela queixa-se do mau estado do caminho, nós é que temos de andar sempre a tapar os buracos. -----

Cláudia Guedelha - Estamos aqui, eu e as minhas duas colegas, em representação dos comerciantes da Av. Sá Carneiro, e perante esta Assembleia queríamos demonstrar mais uma vez a nossa preocupação perante o que se passa naquela avenida, visto que já é um problema, em relação à quantidade de ciganos que comercializa ali naquela zona todo o tipo de negócio, droga, tabaco, pedras a fingir que é tabaco. Estamos em 2007, os nossos turistas estão a chegar e o problema está a começar novamente. No ano passado fizemos várias coisas, inclusive cartas que todos têm conhecimento, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, foram enviadas para todos os sítios, fizemos abaixo-assinados com conhecimento de toda a gente. Realmente em Julho e Agosto a situação melhorou, mas não é solução. Mais uma vez estamos aqui para demonstrar a nossa preocupação, se alguém nos consegue ajudar. Os dias de sol estão aparecer, em sequência os turistas vêm para a rua e levam com um massacre diário que é a maior vergonha. É esta a nossa preocupação. -----

José Aboim - Sou Presidente da Assembleia de Freguesia da Guia e venho aqui pedir alguma informação, se possível, porque todas as pessoas se dirigem a mim a perguntar, o porquê do Posto dos Correios da Guia ir encerrar. Tenho conhecimento que no dia 21 de Dezembro de 2006, foi deliberado pelo Conselho de Administração daquela empresa, encerrar aquele Posto. Ninguém sabe de nada, eu consegui saber, alguém me informou. Eu perguntava se a Câmara tem esse conhecimento? Seria bom se debruçar sobre esse assunto porque vamos ficar desprevenidos, mesmo que passe para um privado, porque também me disseram que talvez passasse a um privado. Se assim o for ainda ficaremos piores, porque não creio que venham suportar mais de seis meses, um

ano. Tenho mais informações. As pessoas queixam-se que os verdes não estão a ser recolhidos, em alguns pontos estão lá meses e os contentores não são limpos, afixam o edital deles de como fosse lavado, mas apenas são molhados. Eles molham os contentores e vão-se embora, o que faz com que ainda fiquem piores do que estavam. É mais ou menos isto, os verdes que não são recolhidos e a falta de lavagem com qualidade. -----

Carlos Ventura - Boa noite a todos. O meu problema já vem de muito longe. Eu não peço favores a ninguém e como cidadão que sou, não pertença a partido nenhum, sou como sou, não estou filiado e tenho aqui o meu cartão de eleitor para vos entregar hoje. Senhor Presidente, não chegou aqui contra alguém, mas não posso admitir que, no meu caso que já ronda muitos anos, que haja uma pessoa que foi Vereador da Câmara que me fez o seguinte: eu estando num sítio a 100m de um cruzamento, aguenta a tirar-lhe um terreno sem favorecimento, sem explicação nenhuma. Foram ao meu sítio onde estava uma obra feita, dada pelo ex-Presidente Xufre e sem me explicarem nada, os Vereadores responsáveis pela Câmara foram lá, estando eu em França, dizendo que eu não podia fazer o muro onde estava, havia uma posição e não tinha direito de construção. Entretanto, para Nascente chegando ao cruzamento, a 250m, houve uma aberração, houve um Vereador da Câmara, protegendo os benefícios dele, construiu uma fila de casas, um restaurante, e quem pagou foi o "Zé Povinho" como eu e muitos que estão aqui. Eu não peço nada a ninguém, simplesmente pergunto ao Sr. Presidente a quem por direito, não é directamente ao Sr. Presidente da Câmara porque ele foi lá ver a casa, foi lá pessoalmente dizer "não posso fazer nada", tem sido a pessoa que tem tentado falar comigo em várias ocasiões e também o Partido Comunista desta vez, quando estive a fazer greve de fome, esteve comigo a perguntar se podiam fazer alguma coisa, mas não podiam fazer nada. Sei que veio num jornal, mas eu não pedi nada. Não peço nada às pessoas, porque da primeira vez que estive em greve de fome a TVI queria fazer um filme, mas eu quis proteger a terra onde nasci. Eu vivo Albufeira. Viver Albufeira é o espírito universalista que nós temos, nós aceitamos as pessoas de todos os níveis sociais. E eu pergunto ao Sr. Presidente, a quem por direito, eu tenho que rever o que me pertence, com uma indemnização daquilo que me fizeram? Entretanto eu posso assinalar, há casos aqui que as pessoas têm um certo medo em falar, eu não tenho medo de falar, podem-me mandar para a prisão, fazem-me um favor, lá dão-me de comer. Eu sei, sem poder afirmar nomes e dizer algo, há casos de terrenos em que os proprietários. Exijo um inquérito, Sr. Presidente. Exijo um inquérito dos terrenos, se nós sabemos, vocês também têm obrigação de saber. Se não sabem, estão a fazer o vosso trabalho mal. Há terrenos que foram vendidos e construídos, e os proprietários de origem não puderam construir. A Vila Rosal, parece-me que está em tribunal, o Sr. Presidente deve estar ao corrente, era para ser tantos andares e os andares foram para cima, foi um edifício feito sem autorização. A Vila Xana foi feita sem autorização. Eu não estou aqui a denunciar as pessoas, porque as pessoas têm o direito de fazer as coisas, assim como eu teria o direito. Eu não concordo é com o seguinte: comprei um terreno cá, foi o dos mais caros daquele local, entretanto o PDM passou e desurbanizou-o. Eu tenho aqui na agenda e vou desaparecer

de Albufeira. Meteram-me numa situação de tal ordem que deram cabo da minha situação. Não vou mais longe. Não se faz essas situações porque é o povo português que está a perder, foi o turismo que perdeu, nós todos perdemos. Alguns têm benefícios, têm reformas, a minha reforma não tive como a pegar. Ali em baixo há um sítio que é do Sr. Dionísio comprou um terreno onde queria construir uma casa com um bar, parece-me que é assim, mas dito por várias pessoas, e queria fazer algo. Eu não posso afirmar, Sr. Presidente, mas são vocês a fazer o inquérito. Foi dito por uma pessoa que trabalha na Câmara, com confusões que eu não sei dizer quem foi, se quiser pergunte a ele, disse assim "dêem-me um apartamento" e toda a gente sabe que isto funciona assim. Quer me meter em tribunal, podem meter-me, simplesmente eu digo depois quem foi. Não se admite que uma terra que é nossa permita estas situações. Vamos a mais um caso: vamos à Guia, não sei se alguém conhece, parece-me que o caso está em tribunal, de um Senhor que é Amâncio, também foi feita situações em que a pessoa tinha o terreno não pode construir, entretanto foi vendido, sei quem são as pessoas que se aproveitam deste sentido. Há dias tive conhecimento de outro caso, eram 200m de concessão, não pode fazer os 200m de concessão, e o Sr. Presidente disse a essa pessoa "faça 150m e daqui a cinco anos faz os outros 50m". Entretanto quando fiz o meu projecto, era um projecto definido, não me deixaram fazer uma cave, era um projecto engraçado, eu sou contra aos grandes andares, sou contra ao que fizeram na minha terra. Eu vivi Albufeira mesmo estando fora, sou contra ao que fizeram em cima das falésias, ninguém diz nada. Pela minha moral, o Partido Socialista era o que fazia mais coisas interessantes. Conclusão: o Sr. Cravinho tem uma casa em cima da falésia, o Sr. Guterres tem lá uma casa. Eu pergunto, peço ao Senhor para fazer um inquérito, quem foi as pessoas que deixaram assinar essa ditas vivendas e depois diziam e depois diziam "não foi do meu tempo". Peço aqui ao Sr. Presidente para reverem o meu caso, quando eu vender aquilo ponho a Câmara em tribunal. Quando eu o vender, saio da minha terra, foi o favor que me fizeram na minha terra. Entretanto, Sr. Presidente, o que eu vejo é, as pessoas que estão aqui têm medo de falar, e eu não tenho Partido, nunca votei na minha vida, simplesmente tenho a minha formação, a minha formação é esta. Pedia ao Sr. Presidente, se o Senhor quisesse, para fazerem um inquérito a estas situações. Quando eu fiz o meu projecto porquê que não deixam as pessoas utilizarem as coisas de forma a terem a sua vida. Houve um vereador que eu não sei agora o nome disse "faça, depois parta e volte a fazer". E eu pergunto, Sr. Presidente, se um país pode evoluir desta forma? A minha situação é a seguinte: se eu fizesse um projecto nesse tempo eu tinha acesso ao dinheiro como muita gente teve, mas como não tive esse processo havia as percentagens, que deram cabo do país onde eu nasci. Quando vim da França devia ter dado "uns tiros na pinha", que é um país que eu gosto e adoro. Conclusão: vou terminar, peço desculpa da minha situação, simplesmente peço ao Sr. Presidente que faça um inquérito, e vejam, eu sei de outras pessoas. Entrego o meu cartão de eleitor, façam o que quiserem. Podem estar convencidos, um dia quando chegar o dia da verdade e eu não me importo que chegue, não faço mal a ninguém, mas eu exijo um inquérito. Desde há muito tempo estou a exigí-lo ao Sr. Presidente, à entidade que pertence à Câmara, há muitos anos que exijo,

não é só do tempo do Sr. Presidente. Não tenho nada contra o Sr. Desidério, ao contrário, já expliquei. Não estou contra ninguém, simplesmente não admito que as pessoas façam politica e depois chegam perto das pessoas e não falam, e ainda ameaçam as pessoas. Obrigado e peço desculpa. -----

Paulo Fernandes - Venho falar sobre a parte velha de Albufeira e relatar dois assuntos. A primeira, é a situação das casas degradadas na zona antiga do hospital, nomeadamente uma casa paralela ao "Praia Mar", mesmo no centro nevralgico do Cais Herculano. No que me deu a entender, são casas completamente abandonadas, praticamente devolutas, que são focos de vírus, doenças e infeções. Inclusive, algumas delas, na parte do hospital antigo, segundo se consta são pertença da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, são entaipadas com tapumes, e pura e simplesmente não são dotadas e cria-se um foco de infeções. Antes eram os toxicodependentes que entravam lá dentro e faziam ocupação selvagem e deixavam lá todo o tipo de utensílios. A outra situação, era em relação aos pescadores de Albufeira, a Associação de Pesca. Eles vão ser transferidos para a zona do Porto de Abrigo e existem algumas pessoas que não foram contempladas com contentores. Pedia, se fosse possível, para verificar esta situação. Estou a falar de pescadores que têm as tais casinhas lá em baixo, que era suposto também terem direito a contentor. A terceira questão e para acabar: não sou engenheiro, nunca fui e nem quero ser, mas vou voltar a falar do Polis porque não consigo perceber. Aquelas pedras que estão lá colocadas, à qual se chama rampa, serve de protecção da zona baixa. Eu já tenho 42 anos, provavelmente aquela parte já terá cerca de um século e quando ela for retirada e com o que está a acontecer em relação ao descongelamento das águas, o que irá acontecer é que a água provavelmente entrará para a parte velha da cidade. A opinião do Arq. Cercas na altura quando falei com ele e várias pessoas também o fizeram, era de que "a água que entra também sairá". Se quiserem explicar qualquer coisa sobre essa situação, eu agradecia. -----

Presidente da Assembleia - Eu fui aqui questionado sobre a questão das actas da Assembleia. De facto, a instrução que existe é que as actas devem retratar tudo o que acontece nesta Assembleia e por isso há a gravação, eventualmente pode haver lapsos, até por lapsos de gravação, penso eu. Mas a instrução que existe é que tudo quanto se passa aqui seja passado para acta. Até é uma coisa nova, foi introduzida já sobre a minha presidência, porque eu entendo que a acta deve retratar o mais fielmente possível o que se passa aqui nesta Assembleia. Podia ter tido outra opção, apenas retratar o que eu encontrasse mais importante, mas não, a opção foi mesmo de retratar tudo o que aqui se passa. As actas são remetidas depois aos membros da Assembleia, que as verificam e na Assembleia seguinte são analisadas e votadas. A segunda questão que o Sr. Freitas coloca, que é a questão das regras de concurso e em relação aos comerciantes locais... -----

Alexandre Freitas - Não foi a si que eu perguntei, Sr. Presidente. Peço desculpa. -----

Presidente da Assembleia - Mas eu posso responder, tenho essa liberdade. As regras são muito e simplesmente estas: as regras são de que, o princípio é o da igualdade, portanto ninguém pode ser discriminado pelo facto de estar ou ser residente em Albufeira, ou ser comerciante em Albufeira. Ninguém pode ser discriminado nem

negativa, nem positivamente por esse facto, portanto a regra é do princípio da igualdade. E as regras do concurso também dizem que, se houver alguém que não esteja satisfeito com a adjudicação a outro concorrente, pode reclamar ... -----

Alexandre Freitas - Estou a apresentar reclamação. -----

Presidente da Assembleia - Não é a mim que tem de reclamar, é ao júri do próprio concurso. É um procedimento administrativo, onde se faz todas essas questões da contratação pública. Eu poderei verificar apenas se as regras da contratação de um determinado concurso foram seguidas fielmente, mas só isso, não me cabe interferir nos concursos. Relativamente à questão da Av. Sá Carneiro, eu também a conheço bem, infelizmente. É uma questão que mexe com outras questões, designadamente com a autoridade. Em relação ao Senhor que me deixou aqui o cartão de eleitor, eu não sei o que faça com o cartão. Não vou forçar a leva-lo, não me compete a isso. Em relação aquilo que o Senhor aqui explanou e em relação à competência desta Assembleia Municipal, o Senhor pode de facto trazer aqui o seu processo para verificarmos e se houver alguma ilegalidade no seu processo, se o Senhor foi tratado de uma forma que o prejudicou e contra a Lei, com certeza que a Assembleia Municipal tem toda a competência para interferir nessa matéria. Portanto, é uma questão de o Senhor se dirigir aos nossos serviços, levar o seu número de processo, nós o solicitaremos a Câmara Municipal e vamos verificar se está tudo em ordem e se o Senhor foi prejudicado, e se tiver sido, não tenha dúvida nenhuma que reporemos a legalidade. A dos pescadores, também já ouvi uma questão sobre isso, mas parece-me que tudo está a ser resolvido por forma a que todos os pescadores tenham contentores. É a informação que eu tenho. Sr. Presidente quer responder às outras questões que foram aqui colocadas? -----

Presidente da Câmara - Boa noite aos Senhores Membros da Assembleia Municipal e aos munícipes. Começo pelo Dr. Alexandre Freitas, sobre a questão dos comerciantes de Albufeira. Uma das minhas primeiras intervenções quando tomei posse em 2002, e que fique registado, foi pedir aos serviços que, em caso de igualdade, as compras deveriam ser feitas aos comerciantes de Albufeira, ao comércio local e ao comércio do concelho. Quem está neste serviços, Câmara e juntas de freguesia, tem formas e regras a seguir para fazer as compras e, há casos e exemplos onde os comerciantes de Albufeira são normalmente contactados, e onde as compras são feitas em vez de ir a Faro ou a Loulé. Só que há concursos e há fornecimentos que ultrapassam todas estas regras, que são através dos procedimentos normais em função dos valores das compras. Tudo isso está na legislação. Há depois, a central de compras, muitas coisas têm de ser adquiridas através da central de compras. Há procedimentos e uma série de aquisições que estão perfeitamente estabelecidos e indicados de como deve ser feito, e até determinado valor tem de se abrir procedimentos para contactar três fornecedores, se for até determinado valor tem de ser cinco fornecedores, se for outro determinado valor tem de ser um concurso público, se for outro valor é um concurso internacional. Ou seja, tudo isto está escalonado em função dos procedimentos, portanto as regras são basicamente estas. Muitas das vezes pode eventualmente não haver, globalmente, um ou outro produto, ou em função da

quantidade, ou em função daquilo que é o valor, mas eu estou perfeitamente há vontade nisso em termos de consciência. Se houver alguma situação que seja identificada, que possa ser perfeitamente vista que houve desfavorecimento, ou prejuízo, de algum comerciante num processo destes que estou a dizer, que venha até à minha mão que eu faço evoluir no sentido de ser esclarecido. Que dique claro! Quando eu tomei posse, havia pessoas com empresas, que durante anos nunca tinham sido consultadas para prestarem serviços para a Câmara Municipal e passaram a fazê-lo a partir de 2002. Se quiser eu chamo cá dois ou três comerciantes para virem testemunhar o que estou a dizer. Não os favorecendo, mas como eu disse, em critérios de igualdade. No meu entender, se eu poder fazer uma compra em Albufeira, não vou fazê-la fora, desde que cumpra as regras e que os procedimentos e os valores estejam perfeitamente enquadradas dentro daquilo que são as regras da aquisição. Se houver alguma situação que esteja identificada em desfavorecimento de alguém, eu quero saber, porque tenho muitos contratos com pessoas de Albufeira. Agora, quando há descontentamento, as pessoas podem recorrer para a decisão do júri e, será analisada e, se houver alguma desconformidade será rectificado. Mas, prefiro ter coisas concretas na mão, do que ter generalizado. Sobre o caminho, peço ao Vereador Quintino, que está cá, que fale com o Senhor para ver exactamente as condições do caminho, se é público e se é uma competência da Câmara ou da Junta de Freguesia. Vamos tentar esclarecer isto, mesmo depois da reunião. Em relação à Sá Carneiro, é um problema complicado, não sei quantas vezes por ano eu falo com a GNR sobre essa matéria. Ainda ontem falei com o Sargento Rodrigues, na semana passada falei para o Capitão Marco Henriques, esta tarde falei com o Capitão Marco Henriques, amanhã vou ter uma reunião com o Comandante do Comando Territorial responsável por Albufeira. São questões que são colocadas permanentemente, ainda ontem fui lá em baixo e estavam vários tipos do Time Sharing no Largo Eng. Duarte Pacheco, onde eu liguei para a GNR e passado um quarto de hora lá estava a GNR. As situações são tantas que muitas das vezes as condições são complicadas, mas que há aqui uma insistência permanente da Câmara sobre as forças de segurança, é verdade, mas há outros factores que não nos cabe agora aqui discutir e perceber porque é que as coisas por vezes não funcionam. O que eu quero que fique claro é que da parte da Câmara tem havido intervenção, da minha parte em particular e tanto mais, como já disse, amanhã às 10 horas vai haver uma reunião com o Comandante do Grupo de Portimão, Major Sousa Gomes, no sentido de mais uma vez reforçar todas estas questões. A questão da atitude da Guarda, a questão dos ciganos, a questão do Time Sharing. Eu hoje ouvi algumas notícias sobre a reestruturação da GNR e o seu fecho e lembrei-me logo do fecho da GNR em Paderne. Há tanto tempo que falamos na necessidade de GNR nas Ferreiras e na Guia, agora parece que vão haver mais homens disponíveis por causa daqueles que vão fazer o serviço de secretaria, vamos ver se há novidades nesse sentido. Em relação ao Senhor Paulo Aboim, é a primeira vez que ouvi falar sobre o encerramento dos CTT na Guia. Quando houve há dois anos atrás a situação de Paderne, eu fui a Lisboa, fui aos CTT, envolvemo-nos todos no contexto de os CTT não fechassem em Paderne, e não fecharam. Relativamente à Guia, é a primeira vez que oiço falar nisso. Se houver

alguma informação eu vou procurar intervir, mas nunca ouvi isto de nado nenhum. Que fique claro! Sobre os verdes e os contentores, o Vereador António Gonçalves está aqui, amanhã se faz favor intervenha de imediato! Em relação ao Carlos Ventura, eu gostava só de dizer o seguinte: há aqui pessoas que estão cá há pouco tempo, há pessoas que estão aqui na sala e não conhecem esta história, há pessoas que ouvindo isto podem misturar as coisas todas. O Carlos Ventura está aqui a falar de procedimentos que têm dez, onze, doze anos, são histórias antigas e complicadas. Eu tenho falado com ele várias vezes. Quando ele esteve aqui em greve de fome, todas elas eu fui ao pé dele, falei com ele. Ou seja, o que eu pedi ao Carlos Ventura foi uma coisa que para mim, nestas funções, era importante que fosse objectivo e que fosse quantificável aquilo que são os prejuízos ou os terrenos que foram retirados, ou seja, que houvesse aqui alguma matéria que pudesse ser avaliada, porque passados estes anos todos eu tenho alguma dificuldade em envolver algumas pessoas que tiveram a responsabilidade nessas áreas, cá não estão a maior parte e mesmo que cá estejam não está nada escrito e nada assumido, e assim é muito complicado. Eu disse ao Carlos Ventura, já várias vezes que ele vem à Reunião de Câmara, para que identifique objectivamente, porque ele diz que quando fizeram a estrada de S. Rafael lhe retiraram uma série de terrenos e quando o PDM veio ele não pode fazer mais nada onde mora, e o Vereador que ele fala e o empreendimento e do Senhor Xufre, para também sabermos o que está aqui em causa. E mais outras coisas que ele fala, nós podemos intervir, identificando o caso, mandando verificar, se houve pisos a mais ou a menos, a verificação é feita assim, mas é necessário que haja coisas concretas, apenas baseado nesta suposição é muito complicado. Mesmo essa história da Guia, do Sr. Amado, já tem sete/oito anos, era eu na altura Vereador. Quando essas coisas acontecem, e está a ser gravado, é preciso identificar, deve ter nome, deve ter rosto, porque senão fica-se um bocado no "ar", na suposição que deve ser este ou deve ser aquele. Nestas coisas devem ser ditos logo os nomes para as coisas serem clarificadas. Eu estou disponível e continuo disponível, em base de coisas concretas, que alguém me informe concretamente o que realmente aconteceu, coisas quantificáveis. Fora disso, não tenho condições para fazer de outra forma. Em relação ao Paulo Fernandes, sobre as casas degradadas, abandonadas e da Santa Casa, há aqui duas questões. Sobre as casas degradadas e a abandonadas, há um levantamento de pessoas que foram notificadas sobre a questão. Alguns já vão dando respostas sobre as notificações, outros dizem que vão arranjar, outros pedem algum tempo. Se alguma dessas casas estiver em perigo, então nós temos condições e meios para intervir. As da Santa Casa, eu há dois ou três meses falei com a Dra. Helena Serra e fiz-lhe uma proposta no sentido de a Câmara arranja-las e depois negociar uma forma de gestão daquelas casas. Sei que o assunto foi à Mesa da Santa Casa e não foi aceite. O património não é meu, quem tem essa responsabilidade que assuma o que quer fazer às casas, mas eu fiz essa proposta e estou á vontade perante isso. Em relação aos pescadores, neste momento em relação ao registo que temos, todos têm contentores, se houver algum que eventualmente não tenha, que fale comigo ou com o Presidente da Junta de Freguesia. Nós até arranjam contentores para pessoas que já não tinham ali quase nada. Foi feito tudo e mais alguma coisa no sentido de ninguém



ficar desprotegido sobre essa matéria. Sobre a história da rampa: há documentos e dados onde os técnicos dizem que, em função das marés, mesmo que se rebaixe, a água nunca entra por ali. Primeiro entra pelo lado do caneiro onde a cota é muito mais baixa, digamos que, tecnicamente aquilo está avaliado, obviamente não vou aqui discutir isso, mas é uma preocupação que temos tido junto da Polis e da equipa que fez para procurar minimizar. E é tudo. -----

Carlos Ventura - O Sr. Presidente diz que o assunto já tem muito tempo, mas eu andei sempre, quando vinha da França, a tentar resolver a minha situação. Não fui eu que fiz, foi a Câmara. Estão lá os muros, não é preciso fazer marcações. Há dias quando fui às Finanças, porque tenho o imóvel à venda, qual foi o meu espanto quando vi que estava registado dois andares nos próprios documentos que as Finanças me deram. Porque quando os tentei fazer me disseram: "não se aborreça com isso, porque é que não vende?" E eu começo a ter dúvidas do caso. Faço outra pergunta: se o Centro de Saúde está em condições de dar apoio suficiente às pessoas, se os médicos que são qualificados, têm condições? Vou citar uma pessoa aqui presente, em que a pessoa foi ao médico e foi para casa. Chegou a casa e morreu. O marido foi agradecer o médico de fazer o favor de ter dado a morte mais depressa à senhora. Estou a sublinhar este caso. E torno a repetir, no meu caso disse-o sempre, o Presidente foi lá e a olhos nus via a situação que é tão lógica, é só uma questão de ver. Eu posso dar o documento em que diz que de 6,50m do eixo da estrada era o muro, entretanto levaram-me o terreno. Aqui ninguém dá nada a ninguém. Espero bem um dia voltar a dar, porque sinto-me bem a dar, mas agora simplesmente não posso. Obrigado. Peço desculpa. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. O Presidente da Assembleia Municipal, acrescenta que, relativamente à CPCJ chegaram os Relatórios Anuais, que irão ser objecto de análise numa outra sessão e que na próxima sessão iremos fazer a designação de quatro cidadãos para integrarem a CPCJ, uma vez que o prazo de seis anos terá sido perfeito desde a sua criação, agora em Janeiro e a Lei impõe que de seis em seis anos no máximo, os seus membros sejam substituídos e recebemos de dois elementos da Assembleia Municipal, que faziam parte precisamente, a informar sobre isso e a pedir que a Assembleia proceda à designação de novos elementos. -----

Ainda sob processo de sigilo, temos aqui o resultado de algumas inspecções ordinárias ao município e uma resposta proferida pelo município, mas o processo ainda não está terminado. Foi-me remetido enquanto Presidente da Assembleia Municipal, mas eu entendo que os membros da Assembleia têm todo o direito de os consultar. Fica também à vossa disposição. -----

Feita a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia inicia o Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Ricardo Silva - Apresenta documento (doc.1). -----

Membro da Assembleia Municipal de Albufeira  
Eleito pelo Partido Socialista  
Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva

Ex.mo Senhor Presidente da  
Assembleia Municipal de Albufeira

Albufeira, 28 de Fevereiro de 2007

Na qualidade de membro desta assembleia, eleito pelo Partido Socialista, venho requerer a V.Exa que me seja facultada cópias de todos os pareceres técnicos e despachos emitidos, relativamente ao processo de obras, com Alvará n.90/2006 e título em nome de SONITUR, inscrito na matriz sob o Artigo 20823 da Freguesia dos Olhos de Água.

Atenciosamente,

  
Ricardo Clemente

Francisco Oliveira - Na sequência da intervenção feita pelo Presidente da Assembleia Municipal relativamente à CPCJ, eu como membro indicado por esta Assembleia, irei também apresentar nos termos indicados, solicitando a minha substituição, em função de ter já excedido o termo de mandato. Farei chegar a esta Assembleia, no devido tempo, uma carta. -----

Carlos Gabriel - No seguimento de algumas intervenções aqui do público e uma carta do membro da CDU em referência ao fecho de Postos da GNR, portanto, à falta de segurança em determinadas localidades deste país, eu quero focar aqui um outro problema que decorre da política do actual Governo, que é o problema da Saúde. Nós neste momento, no nosso Centro de Saúde de Albufeira, estamos a receber à noite, com todos os doentes dos Postos que estão encerrados á noite, desde Messines a Sines, e o que está a acontecer, com conhecimento de causa, é que, já vi às 24h estão a ser atendidos doentes que chegaram às 20h. Porquê? Porque os outros

Centros de Saúde fecharam à noite, e então vêm todos para Albufeira. A população vai aumentar, o Verão está aí e nós vamos ter um problema muito grave no Centro de Saúde de Albufeira. Portanto, é tempo de, quem de direito, nomeadamente a Câmara Municipal, até o Partido do Governo, alertar para a situação grave que nós vamos ter em Albufeira. -----

Fernando Neves - Quero colocar duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara. Já levantei aqui esta questão numa outra sessão, relativamente ao concurso que foi aberto, de Limpeza Urbana, há dois/três anos atrás, em que a firma Irmãos Cavaco ganhou e a Câmara se comprometia em vender em hasta pública todo o material circulante do serviço de limpeza. Pergunto se já foi feita essa hasta pública, se não foi, quando será feita? E a segunda pergunta, também em relação a essa situação, é se existe um contrato com a firma Cavaco, depois desse concurso aberto? Se existir, nós depois iremos pedir uma cópia desse contrato. -----

Presidente da Câmara Municipal - A questão do Ricardo é dirigida à Mesa, a do Francisco também é, a do Carlos Gabriel é uma preocupação. Eu já abordei o assunto com algumas pessoas com responsabilidade, por um lado é importante, Albufeira no centro deste processo é aquela que tem os meios reforçados pela sua localização e face às suas características. É bom que se valorize e perceba isso. Albufeira é o único conselho no país que tem viatura de emergência médica permanente, que não está ligada a nenhum dos hospitais. E portanto, temos aqui um Centro de Saúde que tem tido melhorias significativas nos últimos três/quatro anos. Mas essa preocupação é preocupante. No Algarve temos os hospitais, de Portimão e Faro, e temos Albufeira, Loulé, Vila Real de Sto António e Lagos. Estas são as realidades que nós temos. E, obviamente que, aquilo que são as povoações de Silves, que está entre Albufeira e Portimão, acabam por se distribuir, há uma parte vem para Albufeira e há outra parte vai para Portimão. E de Silves, nós temos aqui as povoações de Tunes, Algoz e Messines, aquelas que estão mais perto. É evidente que isto obriga a que Albufeira seja reforçada e tem sido, com novos equipamentos que não tinha há três ou quatro anos atrás e com mais recursos humanos. Só que, não conseguem atingir o nível de estabilidade. Se nesta altura já estamos com problemas, muitos mais teremos quando chegar a época alta. Eu já fiz esta abordagem a pessoas responsáveis, mas de qualquer das maneiras como isto não é um assunto político, é um assunto abrangente, e toca a todos, eu acho que aqui deve ser feita também e como disse o Eng. Carlos Gabriel, por pessoas que possam ter uma lidação mais próxima com o Sr. Ministro, pessoas que possam ter uma influência maior, independentemente do interesse que a Câmara tem na situação, no local e na altura própria. Mas isto deve ser uma preocupação e ainda bem que é levantada essa questão, porque não é uma questão esquecida, é uma questão que vem no fundo reforçar Albufeira neste contexto, mas por outro lado cria mais problemas e mais complicações face à carga de pessoas que aqui vêm. O Sr. Fernando Neves faz-me três perguntas. O processo dos procedimentos para o concurso está a ser tratado, um desses carros está a ser preparados todos os procedimentos para ser enviado para Cabo Verde, para a Ilha do Sal, numa cooperação nestes dez anos de Geminação, porque é uma forma de mostrarmos a nossa solidariedade e também porque

eles precisam desta viatura e eu pedi aos serviços para identificarem a viatura melhor. Outro está a ser feito os procedimentos para ser feita a venda conforme o estipulado. Sobre o contrato obviamente que há uma adjudicação, há um contrato, o contrato foi celebrado, quando quiser a cópia, amanhã ou a qualquer hora venha cá que eu dou-lhe uma. -----

Fernando Neves - Posso-o fazer através da Assembleia Municipal! -----

Presidente da Câmara Municipal - Então eu faço-o chegar à Assembleia Municipal. -----

Fernando Neves - Nós na altura fomos de acordo com a solução apresentada para as viaturas mas já se passaram dois ou três anos e qualquer dia as viaturas estão podres, em condições para deitar fora. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia encerra o período antes da ordem do dia e passa para o período da ordem do dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Relativamente à empreitada de requalificação do eixo viário, do troço da Rotunda dos Golfinhos até ao Lidl, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente saber quanto é que vai custar na totalidade esta obra quando chegarmos ao final e, quando é que vai estar pronta? Na medida em que a obra contínua, sabemos que ela não está pronta, não sabemos quando é que ela vai estar pronta e a iluminação está desajustada com a antiga e a nova. -----

Presidente da Câmara Municipal - A obra vai ter duas intervenções que estão quantificadas. Uma é a substituição dos postos de iluminação pública que lá estão anti-regulamentares e o contrato da sua substituição vai ser assinado nesta ou na próxima semana. -----

Ricardo Silva - Não estava previsto na primeira adjudicação? -----

Presidente da Câmara Municipal - Não, se estivesse prevista não estaria agora aí. Os preços totais estão aí. A obra agora tem duas fases, uma é a colocação dos postos, onde foi feito o concurso, foi escolhido o modelo e agora vão ser colocados no separador central e há outra, que será depois o arranjo do separador em termos de vegetação. -----

Ricardo Silva - Interrompo mais uma vez. E relativamente aquela rotunda que está titulada como poço da morte, o que é que estão a pensar fazer daquilo? -----

Presidente da Câmara Municipal - Não sei se é poço da morte, só sei que, na que lá existia anteriormente, morreram lá pessoas e, desde que lá está esta, não morreu lá ninguém. E esses nomes ... -----

Ricardo Silva - É apenas uma referência. Peço desculpa se o ofendi. -----

Presidente da Câmara Municipal - É uma referência muito interessante, parece que estão desejando que morra lá alguém. -----

Ricardo Silva - Era apenas para você identificar o caso, não era para ofender. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Não entrem em diálogo se faz favor. Quem estava com a palavra? -----

Presidente da Câmara Municipal - Já falei, o Sr. Ricardo está a interromper permanentemente. A Rotunda do eixo viário desde que foi lá feita, não houve lá nenhuma morte e o trânsito começou a ter uma mobilidade como não tinha quando tinha os semáforos, primeiro ponto. Segundo ponto, aquela obra não está concluída e tem ainda duas fases, uma a sul onde vai ser refeita a requalificação do parque de estacionamento, vai ser feito o acesso ao parque de estacionamento em edifício e a outra fase, é que conseguiu-se dentro do âmbito do Polis, uma candidatura para a requalificação daquela via entre essa Rotunda e o Centro de Saúde, porque aquela via é da Câmara desde há quinze anos. Portanto, o que se conseguiu foi, uma Rotunda que ainda não está acabada, um acesso pedonal através daquele Túnel, conseguiu-se uma candidatura no valor de um milhão e trezentos mil euros para a obra entre aquela Rotunda e o Centro de Saúde e conseguiu-se um Parque de Estacionamento concessionado, do lado sul. E aquela Rotunda depois destas obras executadas, vai ter um tratamento estético e de segurança. Esta é a realidade daquela Rotunda que vem substituir semáforos, onde morreram pessoas e que nessa altura não preocupava ninguém. -----

Ricardo Silva - Essa não é a questão Sr. Presidente. Não vamos entrar aqui em diálogo. Fiz uma pergunta simples, referi a Rotunda como poço da morte porque acho que toda a gente a designa assim e para a referenciar bem, mas se foi mal interpretado da minha parte peço desculpa. De qualquer modo a obra não está concluída, estamos a falar de quantos anos? Era só isso que queria saber, mais nada, ponto final. -----

Presidente da Câmara Municipal - Está tudo respondido e só quem não entende é quem não percebe nada daquilo que eu disse. Não está concluído porque a intervenção que ali falta fazer é um investimento de um milhão de contos para acabar aquele envolvimento global e que foi conseguido agora. E estou a falar de um milhão de contos porque temos um Parque de Estacionamento a sul e uma requalificação que anda à volta dos oitocentos mil contos e, temos a requalificação da Rotunda até ao Centro de Saúde que anda à volta dos duzentos mil contos. Numa intervenção que permite quinhentos e cinquenta lugares de estacionamento, onde permite uma entrada digna à cidade com passeios, com arborização, com iluminação. Com essa Rotunda substituíram-se os semáforos da morte, é isso que estamos a falar! -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso de Higiene Urbana - Abril 2005/Fevereiro 2013 - Revisão de preços, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do art. 22 do DL n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia -Eu antes de dar a palavra à Assembleia, gostaria de vos salientar aqui uns pontos e eu próprio fazer uma proposta, que tem a ver com este ponto. Tenho dúvidas sobre as questões que se levantam, com eventual deliberação sobre esta matéria, sendo que o parecer técnico não me esclarece. Esta questão é de

valor elevado, em termos monetários, e penso que deve ser bem explicada de forma a que todos a possamos entender, para podermos tomar uma decisão. Na pág. 1 n.º1 do parecer lê-se que *"a fórmula da revisão de preços referida no contrato entre a CMA e a ACE Irmãos Cavaco Ecoambiente é a seguinte ..."*, depois na pág. 2 diz que *"a fórmula da revisão de preços que deverá ser adoptada, tendo em conta o disposto no D.L. 6/2006 de 6 de Janeiro é a seguinte..."*, e mais abaixo, na mesma página lê-se, no n.º3 que *"a diferença entre as duas fórmulas resulta de agora se ter de diferenciar o preço da mão de obra para motoristas e serventes, quando inicialmente tal diferenciação não existia e de o valor fixo ter passado de 0.15 para 0.10, obrigando à distribuição do diferencial."* Ora, de tudo isto, se poderá eventualmente concluir que posteriormente ao contrato entre a CMA e a Ecoambiente terá surgido nova legislação que obriga a alteração que agora nos é proposta. Contudo não é assim, não há nenhuma obrigação legal, porque afinal a Lei não é de 2006 mas sim de 2004, ou seja, não é o D.L. 6/2006, mas sim o D.L. 6/2004 de 6 de Janeiro. Sendo certo que o contrato referido entre a CMA e a Ecoambiente é bastante posterior a esta data, pois só em Março de 2004 terá sido autorizado o concurso por parte desta Assembleia, o que significa que, quer a autorização da Assembleia, quer o concurso, quer o contrato, tudo foi feito no âmbito desta Lei. Não havendo nenhuma inovação legal, há algum imperativo legal na alteração da fórmula? O parecer jurídico diz apenas que, *"do ponto de vista legal não se vê inconveniente nos termos do disposto no art.21º do D.L. n.º197/99 de 8 de Junho"* mas esta disposição citada nada refere quanto à conveniência ou à inconveniência, apenas refere a competência para deliberar a alteração, no caso em apreço, da Assembleia Municipal. Diz ainda no parecer jurídico que, *"muito embora não nos caiba aferir da oportunidade da alteração das referidas fórmulas"*; então para que serve o parecer jurídico? A oportunidade é apenas um dos pontos que merece toda a ponderação, muito em especial do ponto de vista legal, com questões de concurso público feito no domínio de uma determinada Lei, que ainda hoje está em vigor, em que qualquer alteração deverá ser muito bem justificada. Ora o parecer jurídico em relação aos dois pontos que refere a oportunidade e a conveniência, nada esclarece ou fundamenta e apenas diz que, somos nós, Assembleia, o órgão competente. Isto não é nada! Em sede de raciocínio, face a análise do parecer jurídico, verifica-se que, antes de se aquilatar se é obrigatória a alteração como se sugere no parecer técnico, há que saber se, face às regras da contratação pública, é admissível ou não a alteração da proposta. Depois, não a que valores se pretende aplicar a fórmula, seja a existente ou seja a agora proposta. É também imperioso saber-se, com a aplicação de cada uma das fórmulas, quais serão os valores respectivos e a diferença entre elas, para sabermos se é grande ou pequena a diferença, porque com os dados que dispomos não sabemos. Por isso, proponho que a Assembleia delibere retirar este ponto da ordem de trabalhos e que seja comunicado à Câmara Municipal, para ordenar que os serviços nos habilitem convenientemente em termos de informação, para uma deliberação. Está a minha proposta neste momento á vossa consideração. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, perante a declaração lida, eu não faria melhor, porque de facto, na análise que fizemos dos documentos que nos foram remetidos, de

facto, faltavam uns elementos. E faltam alguns elementos para podermos tomar uma decisão. Debateremos esta questão e verificamos que, realmente, parece que teríamos pensado da mesma forma e íamos, efectivamente, propor à Assembleia que mandasse este dossier para ser completado, para que depois fossemos habilitados a tomar uma decisão convenientemente. Não tenho muito mais a acrescentar, é esta a posição do Partido Socialista; somos a favor de que seja retirado este ponto para que sejamos devidamente habilitados a tomar uma decisão na próxima Assembleia Municipal. Tenho dito. -----

Fernando Neves - Desde que deparámos com essa decisão, somos completamente de acordo; não vale a pena acrescentar mais nada. Estamos de acordo com a retirada da ordem do dia. -----

Francisco Calhau - Obviamente que nós fizemos essa leitura, até da própria exposição do Sr. Presidente, portanto concordamos, naturalmente, que o processo seja revisto. -- Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Ana Simões, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista e Ana Pífaros. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a minuta da deliberação tomada na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:50 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 01 de Março de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_